

ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Aguarde a orientação do aplicador da UniuV para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue **TODO O MATERIAL** recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o espaço na capa do caderno de prova para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site concursopublico.uniuv.edu.br a partir das 17h do dia 30 de Janeiro de 2012.

1. Segundo a Constituição Federal de 1988, a atribuição de dispor sobre matérias de competência da União, especialmente sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, cabe:
 - A () Somente ao Congresso Nacional;
 - B () Somente à Câmara dos Deputados;
 - C () Somente à Presidência da República;
 - D () À Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional;
 - E () Ao Congresso Nacional, com a sanção da Presidência da República.

2. A competência de autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos Municípios é privativa:
 - A () Do Senado Federal;
 - B () Da Presidência da República;
 - C () Do Congresso Nacional;
 - D () Da Câmara dos Deputados;
 - E () Da Câmara dos Vereadores.

3. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receita é de competência:
 - A () Da União;
 - B () Do Congresso Nacional;
 - C () Da Câmara dos Deputados;
 - D () Da Presidência da República;
 - E () Do Poder Executivo.

4. O Controle Externo, a cargo do Congresso Nacional é exercido com auxílio:
 - A () Da Câmara dos Deputados;
 - B () Do Senado Federal;
 - C () Do Poder Judiciário;
 - D () Do Tribunal de Contas da União;
 - E () Do Poder Legislativo.

5. A Constituição Federal de 1988 confere à União, aos Estados, ao Distrito Federal, o poder de instituir tributos e, entre eles, a taxa em razão do exercício do poder de polícia. Das taxas listadas abaixo, a única que não seria classificada como Taxa pelo exercício do poder de polícia é:
 - A () Taxa de Licença Sanitária;
 - B () Taxa de Publicidade Comercial;
 - C () Taxa de utilização de Área de Domínio Público;
 - D () Taxa de Cemitérios;
 - E () Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.

6. Qual dos impostos abaixo não é competência da união a sua instituição:
- A () Imposto de Importação;
 - B () Imposto de Renda;
 - C () Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;
 - D () Imposto Territorial Rural;
 - E () Imposto sobre Produtos Industrializados.
7. Os recursos do FUNDEB são destinados à manutenção dos níveis de ensino abaixo, EXCETO:
- A () O ensino Infantil;
 - B () O ensino fundamental;
 - C () O ensino de jovens e adultos;
 - D () O ensino superior;
 - E () As alternativas “c” e “d” estão corretas.
8. Constituem fontes de Recursos para o FUNDEB as seguintes receitas públicas, EXCETO:
- A () ITBI “causa mortis”;
 - B () ITBI “inter vivos”;
 - C () ICMS;
 - D () IPVA;
 - E () As alternativas “a” e “b” estão corretas.
9. Com relação às Transferências Voluntárias, é correto afirmar que:
- A () O ente recebedor deve efetuar seu registro apenas no momento da efetiva transferência financeira.
 - B () Não podem ser decorrentes de determinação constitucional.
 - C () É decorrente de determinação legal.
 - D () São recursos destinados ao Sistema Único de Saúde.
 - E () As alternativas “a” e “b” estão corretas.
10. O Imposto de Renda Retido na Fonte dos funcionários Públicos será considerado receita Tributária para:
- A () A União;
 - B () Os Estados;
 - C () O Distrito Federal;
 - D () Os Municípios;
 - E () Todas alternativas anteriores estão corretas.
11. Das receitas relacionadas abaixo, a que não deve compor o somatório para se apurar a Receita corrente Líquida é:
- A () Receita Tributária;
 - B () Alienação de Bens;
 - C () Receita de Serviços;
 - D () Transferências Correntes;
 - E () As alternativas “b” e “d” estão corretas.

12. O projeto de lei orçamentária anual deverá ser elaborado de forma compatível com:
- A () As normas próprias do Poder Executivo;
 - B () Com o plano plurianual;
 - C () Com a lei de diretrizes orçamentárias;
 - D () Com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
 - E () A alternativa “a” é única que está errada.
13. Considerando as necessidades de recursos para satisfazer as despesas com pessoal no valor de R\$ 50.000,00; juros da dívida R\$ 10.000,00; aquisição de uma ambulância R\$ 60.000,00; pagamento do 13º salário R\$ 30.000,00, amortização da dívida R\$ 50.000,00, o valor máximo que o ente público poderá conseguir através de Operação de Crédito, obedecendo aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal será:
- A () R\$ 150.000,00;
 - B () R\$ 200.000,00;
 - C () R\$ 110.000,00;
 - D () R\$ 120.000,00;
 - E () R\$ 60.000,00.
14. No último ano de mandato do prefeito serão nulos de pleno direito, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, os seguintes atos:
- A () Fazer uso do Crédito Adicional Extraordinário;
 - B () Reduzir as despesas com pessoal;
 - C () Aumentar as despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final de seu mandato;
 - D () Efetuar operação de Crédito por Antecipação da Receita;
 - E () As alternativas “c” e “d” estão corretas.
15. Com relação à Operação de Crédito por Antecipação da Receita é correto afirmar que:
- A () Pode ser utilizada para pagamento de despesas correntes;
 - B () Pode ser realizada a partir do primeiro dia do exercício financeiro;
 - C () Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de cada ano;
 - D () É considerada receita pública;
 - E () Somente a Alternativa “d” está errada.
16. As receitas de capital, derivadas da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, podem ser utilizadas para:
- A () Os regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, se destinados por lei;
 - B () Pagar juros da dívida pública;
 - C () Aquisição de um Imóvel;
 - D () Aquisição materiais de consumo;
 - E () As alternativas “a” e “c” estão corretas.

17. A competência para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para todos os órgãos da administração pública direta e indireta municipal, é:
- A () Da União;
 - B () Dos Estados;
 - C () Dos Municípios;
 - D () Do Poder Executivo;
 - E () Do Poder Judiciário.
18. Não é um princípio que norteia o processo licitatório:
- A () Isonomia;
 - B () Legalidade;
 - C () Conservadorismo;
 - D () Probidade Administrativa;
 - E () Vinculação ao Instrumento Convocatório.
19. Das modalidades de licitação, a única que não possui qualquer restrição para aquisição de bens, é:
- A () Convite;
 - B () Tomada de Preço;
 - C () Concorrência pública;
 - D () Pregão;
 - E () Leilão.
20. A modalidade de licitação para venda de bens móveis inservíveis para a administração é:
- A () Convite;
 - B () Tomada de Preço;
 - C () Pregão;
 - D () Leilão;
 - E () Todas alternativas estão corretas.
21. Segundo a Constituição Federal de 1988, compõe o orçamento anual:
- A () O orçamento fiscal;
 - B () O orçamento de investimento;
 - C () O orçamento de seguridade Social;
 - D () A lei de diretrizes Orçamentária;
 - E () Somente a alternativa “d” está errada.
22. Não serão incluídas na proposta orçamentária as receitas decorrentes de:
- A () Concessão de empréstimos;
 - B () Retenção do INSS dos servidores públicos;
 - C () Operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária;
 - D () Receita de exercícios anteriores;
 - E () Operação de crédito externa.

23. São exemplos de receitas públicas que compõem a categoria econômica Receitas Correntes e Receitas de Capital, respectivamente:

- A () Receita Tributária – Receita de Serviços;
- B () Alienação de Bens – Operações de Crédito;
- C () Receita Industrial – Amortização de Empréstimos;
- D () Alienação de Bens – Transferências de Capital;
- E () Amortização de Empréstimos – Receita Industrial.

24. Pertencem à categoria econômica Despesas Correntes e Despesas de Capital, respectivamente:

- A () Juros e Encargos da Dívida – Amortização da Dívida;
- B () Amortização da Dívida – Juros e Encargos da Dívida;
- C () Investimentos – Inversões Financeiras;
- D () Inversões Financeiras – Investimentos;
- E () Pessoal e encargos Sociais – Juros e Encargos da Dívida.

25. Sejam os dados abaixo extraídos do orçamento do Município Modelo:

RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
Receita Tributária	250.000	Pessoal e Encargos Sociais	150.000
Receita Patrimonial	50.000	Juros e Encargos da Dívida	50.000
Operações de Crédito	100.000	Investimentos	100.000
Alienação de Bens	80.000	Inversões Financeiras	90.000
Amortização de Empréstimos	20.000	Amortização da Dívida	110.000
TOTAL	500.000	TOTAL	500.000

Analisando os dados acima, é possível afirmar que:

- A () Existe um déficit do orçamento corrente no valor de R\$ 100.000;
- B () Existe um superávit do orçamento corrente de R\$ 100.000;
- C () Existe Receita de Capital financiando Despesas Correntes;
- D () Existe Receita Corrente financiando Despesas de Capital;
- E () As alternativas “b” e “d” estão corretas.

26. São exemplos de Subvenções Sociais e Subvenções Econômicas, respectivamente, as concessões para:

- A () Assistência Social – Assistência Educacional;
- B () Assistência Educacional – Assistência Social;
- C () Pagamento de Bonificação a Produtores Rurais – Assistência Médica;
- D () Assistência Médica – Pagamento de bonificação a Produtores Rurais;
- E () As alternativas “b” e “c” estão corretas.

27. Estão obrigadas a atender integralmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, todas as entidades, EXCETO:
- A () As prefeituras Municipais;
 - B () As Fundações Públicas de Direito Privado;
 - C () As Câmaras Municipais;
 - D () As Autarquias;
 - E () As Assembleias Legislativas.
28. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o regime adotado para a escrituração contábil deve ser:
- A () Regime de Caixa;
 - B () Regime de Competência;
 - C () Regime Misto;
 - D () Regime de Caixa para receita e de Competência para despesa;
 - E () As alternativas “c” e “d” estão corretas.
29. O objeto da Contabilidade aplicada ao setor público, segundo a NBCASP, é:
- A () A Contabilidade;
 - B () O Orçamento;
 - C () O Fluxo de Caixa;
 - D () O Patrimônio Público;
 - E () A Lei de Diretrizes Orçamentárias.
30. De acordo com a NBCASP, os sistemas de escrituração contábil são:
- A () Orçamentário, Financeiro, Contábil, Patrimonial e de Custos;
 - B () Orçamentário, Financeiro, Contábil, Patrimonial e de Compensação;
 - C () Contábil, Financeiro, Patrimonial, de Compensação e de Custos;
 - D () Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação;
 - E () Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, de Compensação e de custos.
31. São exemplos de Unidade contábil originária, EXCETO:
- A () Prefeitura Municipal;
 - B () Autarquia Municipal;
 - C () Câmara Municipal;
 - D () Departamento de Contabilidade da Prefeitura;
 - E () Assembleia Legislativa.
32. O Plano Plurianual, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é estabelecido por lei de iniciativa do:
- A () Poder Executivo;
 - B () Poder Legislativo;
 - C () Poder Judiciário;
 - D () Apenas as alternativas “a” e “b” estão corretas;
 - E () Apenas as alternativas “b” e “c” estão corretas.

33. São exemplos de fatos administrativos, EXCETO:

- A () Aquisição de um veículo;
- B () Transferência de um funcionário de setor;
- C () Depreciação de bens públicos;
- D () Concessão de Empréstimos;
- E () Amortização de uma dívida.

34. O consumo de materiais e medicamentos pela Secretaria de Saúde, em seus procedimentos, pode ser classificado como um:

- A () Ato administrativo;
- B () Fato contábil permutativo;
- C () Fato contábil modificativo diminutivo;
- D () Fato contábil modificativo aumentativo;
- E () Fato contábil misto.

35. A norma contábil que diz que os registros contábeis devem ser realizados e as informações devem ser apresentadas de modo a não privilegiar interesses específicos e particulares de agentes e/ou entidade é:

- A () Integridade;
- B () Imparcialidade;
- C () Objetividade;
- D () Confiabilidade;
- E () Fidedignidade.

36. Considere as afirmações abaixo sobre Controle Interno:

- I – O Controle Interno Operacional está relacionado com as ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade.
- II – O Controle Interno Contábil está relacionado à observância da regulamentação pertinente.
- III – O Controle Interno Normativo está relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações financeiras.
- IV – Tem a finalidade de salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.
- V – Deve estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas.

Assinale a alternativa correta:

- A () I, II, III são falsas;
- B () I, II, III são verdadeiras;
- C () I, IV, V são falsas;
- D () I, IV, V são verdadeiras;
- E () I, III, V são verdadeiras.

37. Estão sujeitos ao regime de depreciação todos os bens patrimoniais, EXCETO:
- A () As Edificações de uso próprio;
 - B () Bens de uso comum que absorveram recursos públicos, considerados de vida útil indeterminada;
 - C () Terrenos rurais;
 - D () Veículos de transporte escolar;
 - E () As alternativas “b” e “c” estão corretas.
38. A etapa do Ciclo Orçamentário “Estudo e Aprovação” é de competência:
- A () Só do Poder Executivo;
 - B () Só do Poder Legislativo;
 - C () Só do Poder judiciário;
 - D () Do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
 - E () Do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.
39. O ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, é:
- A () O empenho;
 - B () O edital de licitação;
 - C () É o aceite de uma duplicata a pagar;
 - D () Assinatura de um contrato;
 - E () A promulgação do orçamento público.
40. A abertura de Créditos Adicionais Suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa. Das fontes de recursos apresentadas abaixo, a única que possui restrição quanto a sua utilização é:
- A () Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
 - B () Provenientes de excesso de arrecadação;
 - C () Resultante de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;
 - D () Resultante de anulação parcial ou total de créditos autorizados em lei;
 - E () Produtos de operações de crédito autorizadas, em forma que, juridicamente, possibilite o Poder Executivo realizá-las.